



▶ Menu principal



Pesquisa Geral

OK

Brasília, Sexta-Feira, 22/3/19

A Pró-Yanomami

Os Yanomami

Notícias

Documentos

Programas

Depoimentos

Bibliografia

| Documentos |

Esta seção apresenta um conjunto de documentos de referência sobre diversos aspectos da ação da entidade na defesa dos direitos Yanomami (Terra Indígena Yanomami, direitos humanos, saúde, educação e preservação do meio-ambiente). Trata-se de documentos recentes ou " históricos ", de documentos produzidos pela Pró-Yanomami (CCPY) ou de documentos oficiais.

... ● Arquivo Pró-Yanomami

▶ Pesquise por Tema

Todos ▾

Selecione o Período:

De Jan ▾ 1970 ▾

Até Mar ▾ 2019 ▾

Listar Resultados

▶ Veja também:



BOLETIM URIHI Nº 13

SÃO PAULO, JUNHO DE 1990

EDITADO PELA COMISSÃO PELA CRIAÇÃO DO PARQUE YANOMAMI (CCPY)

RUA MANOEL DE NÓBREGA 111 3º CJ.32

04001 SÃO PAULO SP

COLABORADORES DESTA NÚMERO

CAPA: CIÇA FITTIPALDI

PLANEJAMENTO EDITORIAL E GRÁFICO/FOTOS: CLAUDIA ANDUJAR

TEXTO: ALCIDA RITA RAMOS



Com pequenas alterações, este texto consta do parecer antropológico elaborado em agosto de 1989 por solicitação da Procuradoria Geral da República à Associação Brasileira de Antropologia. Faz parte do processo que instruiu a Medida Cautelar movida pelo Ministério Público, solicitando a interdição e conseqüente reconhecimento da posse imemorial de cerca de 9.400.000 há da área indígena Yanomami e a retirada de mais de 40 mil garimpeiros invasores. A 20 de outubro de 1989, o Juiz da 7º Vara de Justiça do Distrito Federal, Dr. Novelty Vilanova da Silva Reis, concedeu liminar em favor tanto da interdição quanto da retirada dos invasores.

TERRA E SOBREVIVENCIA CULTURAL YANOMAMI

Alcida Rita Ramos

As invasões

Antes da década de 1970, os Índios Yanomami no Brasil não haviam experimentado o impacto de invasões maciças de forasteiros em suas terras. Até então, alguns subgrupos localizados nas bordas de seu território haviam tido contato, por vezes violento, com extratores de borracha, de castanha, piaçava, e também com caçadores de peles. Nos anos 60, instalaram-se em Roraima as primeiras missões religiosas. A partir dos anos 70, a Funai veio para a região, criando primeiro uma Ajudância em Boa Vista, depois transformada em 10a. Delegacia Regional, e, mais tarde, vários postos --7 ativados --dentro da Área indígena Yanomami (Funai 1984).

A primeira grande invasão veio com a construção da rodovia Perimetral Norte, de 1973 a 1976, cortando a parte meridional do território indígena, numa extensão de mais de 200 quilômetros, desde sua interseção com a BR 174, Manaus-Caracará, até uns poucos quilômetros Amazonas a dentro. O precário estado de saúde de centenas de peões a pago da companhia construtora Camargo Corrêa e suas subempreiteiras levou, além de prostituição e mendicância ao vale do Ajarani, a contaminação de doenças praticamente a todas as aldeias Yanomami da área. Os Yanomami dos vales dos rios Ajarani e Catrimani sofreram repetidas epidemias de

gripe e sarampo. À população indígena desses lugares foi devastada, sendo que quatro aldeias do Ajarani perderam 22 % de sua população entre 1973 e 1975 e quatro outras do alto Catrimani perderam metade de sua gente numa epidemia de sarampo em 1978 (Ramos 1979).

Em 1975, o Projeto Radambrasil levou a cabo um levantamento dos recursos minerais da Amazônia. Roraima ou, mais exatamente, a área Yanomami, revelou-se rica em muitos minérios, entre os quais, cassiterita, ouro, materiais radioativos, ao mesmo tempo em que era constatada a falta de fertilidade da maioria dos solos da região.

Veio então o segundo grande avanço em terras indígenas. De 1975 a 1976, um crescente número de garimpeiros, chegando a 500, invadiu a Serra de Surucucus, coração do território Yanomami, em busca de cassiterita. Depois de sérios conflitos armados entre índios e garimpeiros provocados por roubos de roças e abusos sexuais a mulheres indígenas, estes foram retirados por ordem do então Ministro do Interior, Rangel Reis (Taylor 1979).

Em 1980, *começou* outra invasão, desta vez por ouro, no alto rio Uraricoera. O número de garimpeiros chegou a cerca de 2.000 no Furo de Santa Rosa, nos limites internos da área Yanomami; esse número tem oscilado mas nunca chegou a desaparecer desde que o primeiro garimpo foi instalado na área. Ao contrário, os garimpeiros foram subindo cada vez mais, rumo às aldeias dos Yanomami dos rios Uraricaá-Ericó.

A situação alcançou um estado extremamente crítico a partir de agosto de 1987, com a chegada de milhares de garimpeiros que se utilizaram primeiro dos campos de pouso das missões e da FAB, para depois abrirem um número de pistas que, em junho de 1989, estava estimado em mais de 80, incluindo algumas na Venezuela. No primeiro semestre de 1989, o número de invasores em busca de ouro era estimado em quase 50.000, espalhados por toda a região central das terras Yanomami no Brasil, atravessando a fronteira e causando problemas diplomáticos com a Venezuela. O rio Mucajai ficou poluído por mercúrio e pelos efeitos de assoreamento em toda a sua extensão; os rios Uraricoera, Catrimani e Couto de Magalhães, contaminados de mercúrio e óleo, deixaram de produzir peixes. A constante decolagem e aterrissagem de aviões e helicópteros nas inúmeras pistas de pouso, oficiais e ilegais, afugentou a caça, deixando os Yanomami na intolerável situação de depender dos garimpeiros para comer. É desconhecido o número de índios mortos em conflitos armados e por doenças contagiosas trazidas pelos invasores, pois, desde agosto de 1987, a Funai e o Conselho de Segurança Nacional (convertido mais tarde na Saden) vedaram a pesquisadores, jornalistas e outros profissionais a entrada em território Yanomami.

A tragédia dos Yanomami no Brasil começou, portanto, com a abertura da estrada Perimetral Norte, em 1973, e prossegue com levadas gigantescas e ininterruptas de garimpeiros numa das maiores corridas de ouro na história contemporânea do país.

Como os Yanomami utilizam seu território

Apesar de tudo isso, os Yanomami continuam sendo o maior grupo indígena das Américas a manter suas tradições ainda pouco alteradas pelo contato com a sociedade dominante, mesmo com as comunidades mais atingidas pelo garimpo vivendo sob o constante bombardeio de estímulos estranhos à sua cultura. O grau de influência externa em seu modo de vida varia com a intensidade e duração do contato, algumas áreas tendo sido mais profundamente atingidas que outras. Porém, a grande maioria dos Yanomami é monolíngue e mantém muitos de seus costumes tradicionais.

O território tradicional Yanomami engloba o extremo norte do Brasil e o sul da Venezuela e compreende vários ecossistemas específicos da Amazônia, desde regiões montanhosas a terras planas, de cabeceiras de rios a cursos d'água de tamanho médio. O Maciço das Guianas, divisor de águas entre as bacias do Orinoco e do Amazonas, é quase todo coberto de floresta tropical interrompida aqui e ali por

clareiras, pequenas savanas de origem ainda incerta. Com uma fertilidade de solo extremamente baixa em quase toda a sua extensão, esse grande território, no entanto, é muito diferenciado ecologicamente, com ocorrências de espécies animais e vegetais próprias de cada um dos vários níveis de altitude e do tipo específico de ecossistema. Da área montanhosa em seu centro às bordas que descem para os grandes rios, em meio à aparente uniformidade da paisagem, percebe-se, com um pouco mais de familiaridade, uma distribuição bastante diversificada de recursos naturais. Por exemplo, não há peixes de grande porte nas cabeceiras, como os há nas terras baixas; certas palmeiras existem somente nas montanhas, outras apenas nas planícies. A floresta exibe, pois, por baixo de seu grande manto verde, uma rica diversidade de fauna e flora distribuída de maneira muito diferenciada; vista de avião, a mata esconde essa riqueza e diversificação ao se deixar perceber como interminavelmente igual.

Originalmente habitantes das montanhas do Parima, os Yanomami têm se espalhado ao longo dos séculos até alcançarem os vales dos rios das planícies, tanto para o sul, no Brasil, quanto para o norte, na Venezuela. O seu território ocupa hoje uma vasta área de mais de 9 milhões de hectares no Brasil e quase 10 milhões de hectares do lado venezuelano da fronteira, área que está contida entre 0 e 6 graus Norte e entre 61 e 67 graus Oeste. De um total estimado em cerca de 21.000, a população Yanomami no Brasil é de quase 10.000 pessoas. A rigor, a população total dos Yanomami no Brasil ainda não é completamente conhecida. Foram feitos alguns levantamentos, mas nenhum deles cobriu todas as comunidades indígenas. Em 1977, a Funai realizou um levantamento aéreo; era época de chuvas e muitos locais não foram visitados. O resultado desse survey foi uma população de 8.400 Yanomami espalhados por 203 habitações. Em 1987/88, um grupo interministerial composto de representantes de vários órgãos realizou o mais extenso levantamento até hoje, chegando ao número total de 9.910 Yanomami em Roraima e no Amazonas. Apesar disso, as autoridades brasileiras decidiram-se pela delimitação oficial de 19 áreas pequenas e descontínuas somando menos de 2.500.000 hectares, ou seja, menos de 1/4 do território Yanomami em terras brasileiras (decretos 97.512 a 97.530 de 17/02/89) contrariando a proposta oficial de 1984, quando a Funai e o Conselho de Segurança Nacional reconheceram como Área Indígena Yanomami um total de 9.419.108 hectares, num perímetro de aproximadamente 3.071 quilômetros (Funai 1984).

A maioria dos Yanomami escolhe os locais de residência em terreno alto, longe dos grandes rios. As comunidades suprem-se de água nos igarapés ou nascentes que ficam quase sempre a alguma distância das aldeias. Há uma considerável variação de temperatura entre as comunidades serranas e as das planícies. Na região das serras Parima- Pacaraima, a altitude pode chegar a mil metros acima do nível do mar, o que torna as noites bastante frias e o calor de dia raramente insuportável, beirado a casa do 30 graus centígrados; em contraste, as aldeias das terras baixas, como nos vales do Ericó, Catrimani e Ajarani, a variação térmica é menos acentuada e as temperaturas diurnas são muito mais altas.

Existem, basicamente, duas estações bem definidas durante o ano: as chuvas, de junho a novembro, e a seca, de dezembro a maio. Essa seca é relativa, pois é rara a semana em que não chove de maneira torrencial, mesmo que por pouco tempo. Mas é nas chuvas que a paisagem se transforma radicalmente: pequenos igarapés de leito cristalino tornam-se vastos caudais barrentos; cantinhos agradáveis da floresta, onde se acampa na seca, ou indescritíveis emaranhados de galharia heterogênea, por onde se anda à busca de rãs, cipó, minúsculos peixes, caranguejos e outras coisas da mata, transformam-se em aguaceiros impossíveis de atravessar a pé. Formam-se grandes lagos que afugentam animais e a maior parte das pessoas. Por sua vez, a seca é a época da fartura; animais como a paca e a capivara são presas mais fáceis quando a água dos igarapés se retrai e eles acabam se aproximando mais da beira dos rios, das roças e até das aldeias. Essa é a época das visitas, das caçadas coletivas, dos acampamentos de famílias inteiras na mata e dos cerimoniais em homenagem aos mortos.

Em conseqüência da variação sazonal, os recursos naturais são diferentes durante o ano e os Yanomami são peritos em explorar essas diferenças climáticas e ecológicas, conhecendo todos os pormenores do comportamento de animais, plantas e clima.

São, portanto, os pequenos igarapés e não os grandes rios os locais preferidos da população Yanomami como um todo. Esse igarapés têm uma proporção mais familiar e confortável para o seu modo de vida tradicional; suas margens, muitas vezes lodosas, mostram pegadas de animais, esconderijos de caranguejos, sinais de inimigos e todo um manancial de indícios por eles facilmente detectados. Nesses pequenos cursos d'água está inscrita uma geografia que também é história. É como se fossem as veias e os capilares que regam não só de água, mas de memória e significado cultural o corpo prático e simbólico das comunidades. Por aí correm notícias de aldeia a aldeia, corre gente atrás de peixes atordoados com timbó na época da seca, corre também uma tradição de antigas roças, locais de residência inextricavelmente ligados a uma história topográfica repleta de detalhes e de elos que unem as comunidades numa trajetória comum.

Igualmente importantes são as trilhas que ligam as várias aldeias. Mais diretas que os igarapés, elas traçam caminhos repletos de informação que os Yanomami vão contando em viagens curtas de poucas horas ou longas de dias inteiros, palmilhando a mata em busca de materiais diversos, comida ou em visita a outras aldeias. São estórias sobre memoráveis caçadas, encontros com espíritos, flagrantes de inimigos escondidos. Essas trilhas, que se irradiam de cada aldeia, constróem uma elaborada teia de atalhos ligando roças novas e velhas, territórios de caça, locais de coleta e pesca, acampamentos de verão, aldeias vizinhas e distantes. Por elas passam todos os impulsos sociais que mantêm viva a cadeia de relações entre comunidades e que tornam virtualmente impossível o isolamento e a atomização dos grupos locais. As trilhas são como nervos condutores de sentido social perpassando aldeias, roças, mata e a interação entre seres humanos e espíritos, ou seja, o sobrenatural.

Trilhas e igarapés, nervos e veias do espaço social, compõem a trama intrincada de uma geografia historicizada que contém um universo de eventos marcantes e relações em fluxo. O encadeamento que disso resulta, ao mesmo tempo em que, na sua subjacência, mantém um padrão permanente, está sempre em movimento, ao sabor dos deslocamentos de aldeias e roças, das amizades e inimizades entre a gente.

Por essa teia cobre-se todo o território de mais de 9 milhões de hectares, ligando todas as quase 150 comunidades Yanomami no Brasil.

A roça, que é feita pela família e a ela pertence, é o espaço de subsistência, mas não só. É também o resultado de trabalho conjunto e uma fonte de interação social que vai desde o corte e queimada a muitas mãos masculinas até encontros amorosos e partos. A roça é um espaço essencialmente domesticado. Mesmo quando está longe da aldeia, é uma extensão desta. Na roça não só se planta o alimento mais confiável, regular e abundante, como são a mandioca, a banana, o cará, o inhame, mas também se registram relações de trabalho bem definidas --a força do homem na derrubada, a paciência da mulher na colheita, o aprendizado dos filhos, a obrigação dos genros de trabalhar para os sogros. Cada roça que se faz é um registro que se abre. Na história de cada aldeia as roças são pedras fundamentais que marcam as coordenadas sociais mais significativas no seu passado e presente.

Abertas em círculo, sempre que possível em declive, as roças utilizam o zoneamento de plantas por níveis de altura --no caso das aldeias serranas --que possibilitam uma drenagem diferenciada, conforme as suas necessidades. A mandioca brava, que ocupa a maior parte da roça, é plantada nos círculos superiores do terreno desmatado. Necessita de menos umidade do que, por exemplo, as bananeiras, que ficam no fundo, onde a água acumula. Nos níveis intermediários, planta-se inhame, cana de açúcar, taioba, cará e fumo.

É nas chuvas que se cortam as árvores para abrir uma nova roça: depois das primeiras semanas da estiagem, com a vegetação cortada já suficientemente seca, faz-se a queimada para, umas poucas semanas depois, serem plantados os produtos.

Num dado período de tempo, uma família pode ter duas ou até três roças em estágios diferentes: uma velha, outra em pleno vigor e outra ainda por plantar ou imatura. Se uma aldeia permanece no mesmo local por mais de, digamos, 10 anos, fica cada vez mais difícil ir-se às roças novas e voltar no mesmo dia. As vezes, é preciso construir uma casa pequena no novo roçado, devido à distancia que o separa da aldeia, tornando as idas e vindas em longas caminhadas de um dia inteiro ou mais. A partir desse ponto, mas quase sempre antes que chegue a isso, a aldeia inteira ou parte dela muda-se para outro sítio, bem mais distante --pode variar de umas poucas horas a dias a pé do local anterior --onde as condições da mata permitam abrir roças nas imediações da nova aldeia.

A vida útil de uma roça familiar, geralmente cortada em círculo com diâmetro de uns 500 a 800 metros, é de cerca de dois ou três anos. Depois disso, a roça perde muito de sua produtividade, devido à pobreza do solo. As ervas daninhas tomam conta e é hora de fazer outro roçado. O trabalho de limpar as ervas daninhas é tão grande que é preferível começar de zero. Mas, a vantagem de se abandonar uma roça velha ao assalto das ervas é que estas são, na verdade, o primeiro indicio de rejuvenescimento da floresta. Primeiro, pequenos arbustos espinhosos, depois Arvores de médio porte características de capoeira ou vegetação secundária vão abrindo caminho e protegendo com suas sombras os brotos das grandes árvores que, sem o completo destocamento até a raiz, conseguem refazer-se da coivara e do uso intensivo que as plantas cultivadas fazem dos nutrientes do solo durante dois ou três anos. Calcula-se que, na região do Maciço das Guianas, a floresta leva nada menos que cem anos para voltar ao antigo vigos e não for reutilizada para roçados nesse espaço de tempo, o que não ocorre entre os Yanomami. Levando em conta a necessidade de pousio da terra no sistema de coivara em pequena escala, de modo a permitir a recuperação da floresta, foi calculado que, em 4 anos de utilização contínua, cada aldeia usa cerca de 3 hectares de um determinado sítio agrícola e que cada novo roçado é aberto num raio distante uns 10 quilômetros do anterior (Albert 1989).

Uma roça velha não é, estritamente falando, abandonada, a não ser depois de longo tempo. Ficam ainda alguns produtos aos quais a família volta ano após ano, como banana e pupunha. A pupunheira é uma palmeira que leva vários anos para crescer e amadurecer. Quando começa a produzir, já a roça onde foi plantada está irreconhecível, totalmente tomada pela vegetação secundária. Os Yanomami voltam regularmente às suas pupunheiras na época da seca e então, durante semanas, as casas se enchem dos cachos da fruta vistosa e gorda, altamente apreciada por seu sabor e sustento. As roças velhas também são freqüentadas por pássaros e mamífero atraídos por alimentos lá deixados e, por sua vez, atraem os caçadores (Albert s.d.).

A Floresta, da qual as roças são pequenas transformações temporárias, é a base para a circunscrição territorial de uma aldeia ou grupo de aldeias. O termo urihi ou ulia carrega, entre outras coisas, a conotação de "lar", o lugar ao qual se pertence. Além de abrigar espíritos, a Floresta fornece a caça e a coleta. Domínio masculino por excelência, a caça pode ser feita individualmente ou em grupo, cotidianamente ou para propósitos rituais. A primeira é praticada o ano inteiro, enquanto a coletiva é organizada mais na seca, envolvendo homens de uma única aldeia, ou anfitriões e convidados para a cerimônia em homenagem aos mortos; também fundamentais na seca são os acampamentos na mata, quando uma família ou várias famílias de uma aldeia, ou até mesmo a aldeia inteira, viajam juntas e se instalam em abrigos temporários. Caçam, principalmente, anta, paca, caititu, queixada, cotia, capivara, tatu, várias espécies de macaco e uma quantidade de pássaros, desde o grande mutum a um tipo de perdiz.

Enquanto a caça individual e regular se dá num raio de 3 a 8 quilômetros em volta da aldeia, as caçadas coletivas, verdadeiras expedições periódicas, alcançam entre 8 e 16 quilômetros de diâmetro. Portanto, cada aldeia necessita de um mínimo de 16

quilômetros ao seu redor para prover de carne de caça as suas populações em todas as ocasiões, desde o cotidiano às grandes cerimônias intercomunitárias.

No dia a dia da aldeia, um homem vai caçar umas duas ou três vezes por semana, dependendo do sucesso das caçadas. Se ele mata uma anta, não precisa voltar a caçar enquanto dura a carne, o que não significa muito tempo, pois ela é fartamente distribuída por toda a comunidade. Se mata uma cotia, ela nem chega a sair da casa do caçador por ser pequena e em 48 horas já foi consumida pela família; logo é preciso voltar a caçar.

Dependendo do tamanho do animal, ele pode ser fervido e consumido imediatamente: se for uma queixada, anta ou vários macacos, depois da primeira refeição de carne cozida com muita água transformada em apreciado caldo, moqueia-se o resto para preservá-la por mais tempo. Com dois ou três dias de moquéim, a carne recebendo calor e fumaça ininterruptos, os pedaços ficam uniformemente pretos e endurecidos. É a única maneira de estocar carne e peixe por um tempo relativamente longo.

Influenciando a maior ou menor abundância de carne de caça estão fatores como a natureza do terreno no que tange a variedade de nichos ecológicos num dado território de caça, o tamanho da comunidade e o tempo de sua permanência no mesmo local. Um grande concentração de pessoas no mesmo lugar por muito tempo, invariavelmente, produz escassez de caça e é um dos motivos para os deslocamentos das aldeias. Devido ao padrão de distribuição de vegetais e animais na floresta amazônica, onde a quantidade de espécies é muito grande, mas altamente dispersa, a probabilidade de extinção é alta. Por isso, assim como é necessário deixar o solo em pousio, recuperando-se da extração de nutrientes pelas plantas comestíveis, também é preciso manter "áreas de refúgio" animais, de modo a dar oportunidade para as espécies comestíveis recomponem seu equilíbrio demográfico depois de longa utilização pelos caçadores de uma dada área. Daí, a necessidade de se manter bolsões vazios de ocupação humana que resultam da mudança de aldeias para novos locais.

A grande importância da coleta de produtos silvestres para a alimentação dos Yanomami não é óbvia à primeira vista. Sem o resultado espetacular de uma boa caçada ou de uma carga desmesurada de mandioca que entra na aldeia nas cestas abarrotadas das mulheres, petiscos como nabi, uma larva que cresce nos troncos apodrecidos de palmeiras, favos de mel, certas lagartas, rãs, frutas de vários tipos, nozes e outras coisas comestíveis, são consumidos imediatamente na mata ou chegam à aldeia em modestas trouxinhas de folhas, mas com regularidade suficiente para contribuir significativamente no suprimento de vitaminas, proteína, sais minerais e uma apreciada variedade gustativa. Na época da bacaba, açaí e outros frutos de palmeira, eles são trazidos em grandes quantidades e logo consumidos em suco. A coleta pode ser combinada com pescarias curtas por grupos de mulheres, grupos de homens ou por casais. No caminho, apanha-se também o que for preciso, como, por exemplo, cipó para fazer cestas.

O material para a infraestrutura de uma aldeia, desde construção de casas a utensílios domésticos, vem praticamente todo da floresta: postes e folhas para as construções, fibras e cipós para redes, cordas, cestaria e outros bens, caules, hastes e troncos para instrumentos de caça, pesca, transporte de objetos, tipóias para carregar crianças, resinas para tochas, ceras para vedação e uma infinidade de outros produtos. Tudo isso é adquirido pelo trabalho de coleta de homens e mulheres, individualmente ou em grupos (Albert s.d.; Ramos s.d.).

Somando todas essas atividades, é possível calcular, como fez o geógrafo Smole (1976) que, para um grupo de 84 pessoas, é necessária uma área de exploração de 640 quilômetros quadrados, onde estão contidos todos os recursos necessários à vida dos Yanomami, sua produção e reprodução. Isto significa uma densidade de 0,13 habitantes por quilômetro quadrado, que é justamente a densidade média

calculada para os Yanomami. Torna-se, assim, ainda mais clara a razão por que são necessários cerca de 9 milhões de hectares para os Yanomami do Brasil.

A utilização dos recursos naturais pelos Yanomami é o resultado de uma longa tradição, passada ao longo de muitas gerações, alcançando um ponto de equilíbrio tal que, mesmo em solos reconhecidamente pobres, essa população tem conseguido sustentar-se e crescer sem esgotar a floresta. No fundo de sua sabedoria, os Yanomami desenvolveram um sistema social, político e econômico que privilegia a dispersão territorial, pois sabem que qualquer tipo de concentração populacional maior leva ao esgotamento dos recursos. Seu território é grande e tem muito boas razões para isso.

Parte dessa sabedoria é a prática de dois tipos de mobilidade espacial. Um, que poderíamos chamar de micro-migrações, é ditado pela necessidade de fazer novos roçados a cada dois ou três anos, o que, a médio prazo, leva ao deslocamento das aldeias num raio de cerca de três quilômetros a cada cinco ou dez anos. O outro, num raio de uns 10 a 30 quilômetros, é de prazo mais longo e pode ser o resultado do esgotamento acumulado de uma dada área, mas pode também dever-se a mortes, epidemias ou relações conflituosas entre comunidades, provocando novos rearranjos geográficos e sociais.

Uma das características mais marcantes da organização social dos Yanomami é o padrão de segmentação das aldeias, gerando novos grupos locais a cada duas ou três gerações. As rivalidades políticas que surgem no interior das comunidades são mecanismos eficientes para o afastamento de grupos dissidentes em busca de novos locais de residência e subsistência. Os laços de consangüinidade, de afinidade estabelecida por intercassamentos e interesses de troca preservam as relações entre elas. A princípio aliadas, essas comunidades que antes foram uma só, com o tempo, vão se distanciando não só física, como social e politicamente. Por este processo, evitam a concentração indevida de muita gente explorando os mesmos recursos e, ao mesmo tempo, preservam a grande rede de relações que cobre todo o território Yanomami.

Desse modo, o tamanho médio das comunidades é de 30 a 150 pessoas, raramente chegando a 300, como é o caso de algumas malocas no estado do Amazonas.

É indiscutível a necessidade que os Yanomami têm de um território de cerca de 9 milhões de hectares no Brasil, não só para manterem esses padrões de vida econômica, social e política, que já demonstraram a sua eficiência no meio ecológico da Amazônia ao longo de vários séculos, mas também para garantir às gerações futuras espaço suficiente para dar continuidade a essa cultura.

Tudo isto mostra muito claramente que os Yanomami não só são capazes de extrair um sustento adequado e permanente de seu meio ambiente, mas são eles que podem fazer a necessária proteção ambiental de seu território. Gerações de experiência capacitam-nos a lidar racionalmente com os delicados recursos naturais de seu território.

Os Yanomami já vivem na região do Maciço das Guianas, pelo menos, desde o século 18, quando foi feita a primeira referência escrita de sua presença por exploradores brancos (Albert 1985). Mas, se levarmos em consideração as técnicas lingüísticas de medir a profundidade temporal pelo distanciamento de línguas relacionadas (glotocronologia), temos cifras reveladoras: para que as quatro línguas Yanomami conhecidas (Yanomam, Yanomamí, Sanumá e Yanam) se subdividissem e chegassem ao nível de diferenciação que têm hoje, teriam sido necessários, pelo menos, 700 anos. O lingüista E. Migliazza (1982) calcula que a primeira língua a se separar foi o Sanumá, no século 13 da era cristã. Segundo o geógrafo norte-americano W. Smole, o fato de os falantes dessas quatro línguas viverem relativamente próximos indica que seu território original deveria ter sido bem maior do que o atual, de modo a permitir uma dispersão geográfica que levasse à diferenciação lingüística, antes de uma nova contração territorial. O registro lingüístico é um dos poucos que nos é legado pela história remota dos Yanomami. Por um lado, as condições climáticas da Amazônia são pouco auspiciosas para achados arqueológicos; o clima quente e

úmido destrói em pouco tempo a maior parte dos materiais de origem orgânica, como habitações, enfeites, etc. Por outro lado, um dos traços mais tipicamente Yanomami é a cremação dos mortos e posterior ingestão das cinzas dos ossos carbonizados. Não deixam, portanto, vestígios de seus corpos e de muito pouco de sua cultura, como machados de pedra ou painéis de barro. Resta a glotocronologia, a história oral dos próprios Yanomami e os relatos de vários exploradores de séculos passados.

Ameaças à integridade dos Yanomami e de seu território

O desmembramento do território Yanomami em 19 áreas, pequenas e descontínuas, vai frontalmente contra todas as evidências de que a sua sobrevivência depende de um território contínuo e suficientemente grande para garantir a manutenção do equilíbrio ambiental e da continuidade de suas formas de vida próprias. O argumento de que corredores entre as 19 áreas serviriam de áreas de amortecimento cai no vazio quando nos deparamos com a invasão de dezenas de milhares de garimpeiros em franca atividade predatória tanto nos ditos corredores como nas próprias áreas declaradas indígenas. Se alguma área de amortecimento existisse deveria ser nos limites externos da área proposta em 1984 pela Funai, ou seja, mais de 9 milhões de hectares em região contínua. Além do mais, tais corredores só fazem cortar a cadeia orgânica de trilhas e igarapés que servem de vias de comunicação às inúmeras comunidades Yanomami. Para irem de um bloco de comunidades a outro, os Yanomami estariam assim expostos pelos corredores, tendo que atravessar regiões que, a eles usurpadas, passariam a ser-lhes alheias e talvez mesmo hostis. Exemplos infelizmente numerosos no país desse tipo de interferência mostram enfaticamente como corredores aparentemente inofensivos acabam produzindo imensa devastação na floresta pela ocupação desmesurada e inapropriada de grandes contingentes populacionais egressos de regiões do país onde nada se sabe sobre o delicado equilíbrio do sistema vital da Amazônia. Os primeiros 50 quilômetros da Perimetral Norte são testemunha da devastação que acompanha a abertura de estradas ou outros tipos de "corredores" na região. Onde era mata pululando de vida, é agora uma imensidão de terreno limpo, esgotado, pauperizado, tendo alguns esqueletos de árvores por testemunhas do que uma vez ali existiu. Dessa nova paisagem desolada, populações regionais tentam arrancar um sustento precário e de futuro duvidoso.

A avalanche de garimpos pelas terras Yanomami tem tido conseqüências previsivelmente devastadoras. Desde conflitos armados, doenças contagiosas, dentre as quais a malária é a mais virulenta matadora, à eliminação da caça pelo movimento constante de gente, aviões, helicópteros e máquinas sugadoras de cascalho e extinção do peixe pelo assoreamento dos rios e uso de mercúrio, até o total transtorno no sistema de comunicações entre as comunidades Yanomami, cortado, deturpado, eliminado mesmo pelos muitos buracos e barrancos e pelo desvio de igarapés criado pelos garimpeiros na rota dos filões. Os Yanomami do Paapiu, centro nevrálgico das operações garimpeiras na Serra do Couto de Magalhães, eram, no início desta década, um dos grupos mais tradicionais e típicos das montanhas que vinham em massa participar da cerimônia dos mortos nas aldeias do rio Catrimani, a muitos quilômetros ao sul, são agora prisioneiros em sua própria terra, vivendo o cerco do garimpo, transformados em reféns culturais dos invasores garimpeiros (Ramos 1989). O impacto da invasão garimpeira é tão grande que perturbou o acesso às vias de comunicação laboriosamente criadas pelos Yanomami para se manterem ligados entre si.

Mesmo as comunidades que não sofrem diretamente a presença concreta dos garimpeiros e suas máquinas acabam recebendo os efeitos das ondas de choque desse trauma social, ecológico e econômico que é a corrida do ouro. Epidemias que começam num determinado ponto grassam como fogo selvagem pelo território de dezenas de aldeias, deixando um rastro de devastação. Tuberculose, malária e, menos dramática mas inexorável, oncocercose, são doenças que mutilam ou matam, umas de maneira fulminante, outras aos poucos, corroendo o equilíbrio demográfico de comunidades inteiras, pondo em perigo sua produção de bens materiais e culturais e sua reprodução social. Não estando imunes a essas avalanches patológicas, os próprios garimpeiros, por sua altíssima mobilidade, são os transmissores privilegiados desses desastres de saúde que já começam a invadir outras partes do país, onde eram até agora muito raros ou desconhecidos (foram registrados casos de malária no sul do país e oncocercose em Goiás). Por sua vez, a poluição de um rio por mercúrio vai atingir as populações que lhe ficam a jusante,

independentemente de contatos diretos com os próprios garimpeiros. A contaminação das cabeceiras põe a perder rios inteiros como fontes de alimento.

Por essas ondas de choque a tragédia Yanomami amplia-se a cada nova pista que se abre, a cada novo barranco que se descobre e dilapida, a cada novo acampamento garimpeiro que se instala. Nesse processo, não há comunidades imunes, nem mesmo do outro lado da fronteira, em terras venezuelanas. Como células cancerosas, os efeitos daninhos da atividade garimpeira espalham-se por artérias, veias e capilares da grande cadeia orgânica que é a sociedade Yanomami.

Entretanto, as atividades de garimpo como tais não têm que ter, necessariamente, o caráter predatório em grande escala, mortífero para as comunidades indígenas. Até 1987, alguns grupos Yanomami garimpavam seu próprio ouro em escala doméstica, sem que suas vidas sofressem bruscas e desastrosas alterações. Na região do Ericó, os Yanomami viram, no início dos anos 70, a primeira onda de garimpeiros passar por seu território. Eram relativamente poucos, dirigiram-se ao norte, entraram na Venezuela, foram expulsos de lá, voltaram, uns poucos continuaram a garimpar na área (um deles acabou casando com mulher Yanomami e se fixando na aldeia de Surubai), aprenderam a língua indígena e ensinaram os Yanomami a garimpar com tecnologia da mais modesta e simples. Em 1985, passei dois meses na aldeia de Ericó e constatei que a maioria dos homens falava português, ainda que rudimentar, tinha seu próprio garimpo e explorava-o de maneira semelhante à que explora sua roça. Ia lá quando necessitava de um dinheiro extra para ir à cidade comprar alguma coisa, como roupa, sal, toca-disco, munição. Com esses bens já parte de seu universo, nem por isso os habitantes de Ericó deixavam de ser Yanomami, de manter crenças, costumes, língua e outros componentes de sua tradição que, embora transformada, continua viva. Para eles, o garimpo passou a ser mais uma atividade doméstica rentável (Ramos et al. 1985).

Para que eles continuem a usufruir de seu modo de vida tradicional e da nova riqueza que lhes pertence, é necessário garantir seu território e o uso exclusivo desses recursos naturais. A persistir a invasão garimpeira que, como um câncer, se alastra e corrói as vidas e a cultura dos Yanomami, a sociedade brasileira terá à sua frente o espetáculo desolador do sofrimento de um povo milenar e na sua consciência o peso de deixar que se destrua uma civilização esclarecida e uma ecologia tão rica quanto vulnerável.

RERERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albert, Bruce

1985 Temps du Sang. Temps des Cendres. Dissertação de Doutorado, Universidade de Paris X (Nanterre).

1989 Terra indígena, política ambiental e geopolítica do desenvolvimento da Amazônia no Brasil: o caso Yanomami. Urihi No. 8.

s.d. Economia, território e saúde entre os Yanomami. Manuscrito. FUNAI

1984 Terra Indígena Yanomami. Proposta para a criação do Parque Yanomami. Brasília.

Migliazza, Ernesto

1982 "Linguistic prehistory and the refuge model in Amazonia" In Biological Diversification in the Tropics. Proceedings of the 5th International Symposium for Tropical Biology, G.T.Prance, org., pp. 497-519, Nova Iorque: Columbia University Press.

Ramos, Alcida Rita

1979 "Yanoama Indians in Northern Brazil threatened by highway" In The Yanoama in Brazil 1979. Documento 37, pp. 1-41. ARC/IWGIA,SI. Copenhagen.

1989 Relatório da viagem de inspeção às áreas Yanomami e Macuxi em Roraima pela Comitativa da Ação pela Cidadania, 9 a 12 de junho de 1989. Urihi No. 9.

s.d. Memórias Sanumá. Espaço e Tempo numa Sociedade Yanomami. A sair.
Ramos, A.R., M.A.Lazarin e G.G.Gomez

1985 Yanomami em Tempo de Ouro. Relatório de Pesquisa. Trabalhos de Ciências Sociais, Série Antropologia, No. 51, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

Smole, William

1976 The Yanoama Indians. A Cultural Georadhv. Austin: The University of Texas Press.

Taylor, Kenneth I.

1979 "Development against the Yanoama. The case of mining and agriculture" In the Yanoama in Brazil 1979. Documento 37, pp. 43-98. ARC/IWGIA/SI. Copenhagen.

 **Voltar**

Coordenação Editorial: Alcida Rita Ramos, Bruce Albert, Jô Cardoso de Oliveira

Para informações adicionais favor enviar e-mail para o escritório central da Comissão Pró-Yanomami no seguinte endereço:

proyanomamidf@proyanomami.org.br

Financiador: _____

 **Boletins & Comunicados**

Acesse os anteriores ou cadastre-se para receber periodicamente



Comissão Pró-Yanomami 2004 - A comissão incentiva a veiculação dos textos desde citadas as fontes.